

Operários baianos na luta pela cidadania política na Primeira República

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL*

Nas últimas décadas da monarquia e até o advento da República no Brasil, os movimentos sociais e políticos, vinculados ao abolicionismo, republicanismo e à inserção cidadã de trabalhadores livres e libertos, se constituíram em lutas que articularam segmentos diversos da sociedade em defesa de interesses específicos de classe. Para a população pobre, trabalhadores manuais e prestadores de serviços em geral, deslocados do sistema de poder e rejeitados pela sua condição social e racial, as possibilidades políticas de superação de uma ordem autoritária e excludente para outra que respeitasse os princípios democráticos, igualitários e libertários estavam dadas, diante da prometida implantação de um estado democrático republicano.

Com o objetivo de discutir o processo de mobilização operária pela cidadania política no novo regime, a fim de “decifrar a natureza da cultura política popular” (CARVALHO, 1996:340), serão analisados aspectos da organização e articulação partidária de operários no jogo das disputas eleitorais que se sucederam. Serão observados, na trama das militâncias, conflitos, acordos, disputas e alianças estabelecidos entre os operários engajados e com lideranças tradicionais e emergentes das elites políticas ao longo dos pleitos eleitorais, particularmente dos municipais. Foram espaços de cidadania política reivindicados, a partir dos quais pode-se vislumbrar fluxos e refluxos do protagonismo operário durante a Primeira República na Bahia e seu subsequente afastamento de esferas de poder na complexa teia de re-formulações políticas e consolidação do poder oligárquico que preponderou até 1930.

No fluxo dos acontecimentos que desestruturavam a monarquia e estruturavam o novo regime, algumas lideranças artísticas e operárias, mobilizadas na luta por um lugar social e político afinado aos interesses classistas, organizaram o Partido Operário, a fim de disputarem vagas nas eleições às Constituintes Federal (1890) e Estadual (1891). Era um horizonte que se abria aos trabalhadores no desabrochar do regime republicano. No rol de artistas e operários que se destacaram na Bahia, Manuel Querino¹, Domingos Silva², Elisiário Cruz, Edistio Martins,

* Professora Titular da Universidade do Estado da e Doutora e Pós-Doutora em História Social .

¹ Manuel Raymundo Querino, baiano afro-descendente, nascido em Santo Amaro da Purificação a 28 de julho de 1851, trabalhador manual, artista, desenhista, funcionário público, professor, pesquisador, escritor, foi uma destacada liderança operária na monarquia, quando militou no trabalhismo, criando a Liga Operária Bahiana, e, na República, fundando o

Prediliano Pitta³, entre outros citados ao longo deste artigo, protagonizaram este importante momento eleitoral, constituindo-se em referências de uma trajetória política articulada e mobilizada desde a monarquia.

Identificados com os movimentos abolicionista e republicano, muitos operários se integraram à luta por liberdade somada às perspectivas reais de inclusão daqueles que viviam à margem da sociedade, por serem, em sua maioria, negros, mulatos e despossuídos de riqueza, de saber escolar e de direitos. A oportunidade de organização de um partido próprio estava dada, pois, desta forma, os interesses operários seriam defendidos diretamente, sem a interferência de partidos alheios aos seus projetos, entre os quais o direito de concorrer nos pleitos eleitorais e ocupar espaços de poder como estratégia fundamental para a garantia dos direitos civis e políticos do operariado. Afinal, os destinos profissionais e a sobrevivência da classe estiveram, até então, atrelados à boa vontade e bondade de “padrinhos”, o que limitava a ação operária para modificar tais relações, de modo a alterar o quadro social que concretizasse a sua emancipação.

Foi uma fase de desorganização dos partidos imperiais e organização de outros vinculados às instituições republicanas. A legislação eleitoral não tratou da organização dos partidos, e, em consequência, passaram a se organizar de forma aleatória, conforme interesses individuais.

Não era necessário muito para que um partido se organizasse. Bastava que um chefe político de real prestígio assim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestígio no meio político e sócio-econômico. Compreende-se facilmente essa forma de organização partidária, numa sociedade que permanecia eminentemente agrária e conservadora, na qual a participação dos setores intermediários e populares praticamente inexistia no plano político. (SAMPAIO, 1978: 18)

Do ponto de vista das elites políticas, os partidos se constituíam em agrupamentos vinculados ao grau de influência de uma determinada liderança que atendesse a interesses privados, os quais eram

Partido Operário, a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Desligou-se da política partidária e iniciou outra militância, dedicando-se ao magistério e à produção de uma obra historiográfica, etnográfica, antropológica, política. Pelo trabalho intelectual que produziu, Querino se consolidou na sociedade baiana, garantindo prestígio nos meios intelectual e operário. Morreu em Salvador no dia 14 de fevereiro de 1923. Sobre a biografia de Manuel Querino ver LEAL, 2009.

² Domingos Silva, baiano afro-descendente, pedreiro, emerge como liderança operária no processo de constituição do Partido Operário, tornando-se rival de Manuel Querino, com quem travou diversos debates, divergindo de opiniões sobre a forma de inserir o operariado no plano da participação política, social e econômica na República. Atuou no Conselho Municipal e fundou o Centro Operário em 1894.

³ Entre tantos artistas e operários que protagonizaram este primeiro momento eleitoral estão Elisiário da Cruz (alfaiate), José Maria de Souza (carapina), José Maria Leal (maquinista), Francisco Pedro do Bonfim (ferreiro), Honorato Martins de Oliveira (funileiro), Thomaz Pereira Palma (marmorista), Irenio Baptista dos Reis Lessa (maquinista), Pamphilo de Santa Cruz (jornalista), Edistio Martins (artista), Prediliano Pitta (artista), Argemiro de Leão (tipógrafo), José Políbio da Rocha (marceneiro e Capitão), Victorino José Pereira Junior (marceneiro e Capitão), Ismael Ribeiro dos Santos (alfaiate), Julio Leiva (artista).

momentaneamente convergentes. Neste sentido, era uma coesão precária, logo rompida nos processos de disputas, divergências e conflitos que colocassem em risco interesses e conveniências pessoais, jamais em torno de ideias e princípios, especialmente nos períodos eleitorais. Assim, esta primeira fase foi caracterizada pelo multipartidarismo (1890-1893), artificialmente dinamizada sobretudo durante as eleições, quando se intensificavam disputas por cargos eletivos. O que preponderou foi a política dos arranjos que tinha como objetivo a sobrevivência do poder político.

Na Primeira República, os pleitos eleitorais se tornaram constantes e vários, transformando-se no centro da vida política. Eleições para cargos federais, em especial, motivavam o surgimento dos partidos e justificavam suas existências, considerando estar com o poder Executivo a força predominante no poder de decisão e de dominação. (SAMPAIO, 1978:19-20). É importante destacar que o decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, inaugurou as reformas eleitorais republicanas com a eliminação do voto censitário, por considerar “eleitores para as câmaras gerais, provinciais e municipais todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos”. No entanto, manteve o chamado “censo literário”, o qual excluía os analfabetos do direito de voto. (PORTO, 2002: 185).

As articulações políticas e partidárias começaram a tomar forma durante a organização das eleições à Constituinte Federal, a partir dos primeiros meses de 1890. Para tanto, a imprensa suplicava aos “patriotas republicanos” para concorrerem às eleições, previstas para 15 de setembro, considerando as poucas inscrições de alistamento verificadas até então para o referido pleito. Criticava-se a “frieza profundíssima por parte do povo” e, diante da falta de mobilização popular em torno das eleições, ficava demonstrado, aos países civilizados, ser o povo brasileiro indiferente à República.⁴

Enquanto as elites se articulavam para estruturar suas chapas, artistas e operários, atentos ao pleito que se aproximava, decidiam sobre os caminhos que deveriam seguir para garantir o “levantamento e desenvolvimento da classe, tanto mais quanto nos outros Estados, já se trabalhava para isto.”⁵ Assim, reuniram-se no dia 5 de junho de 1890, na residência do alfaiate Elisiário Elísio da Cruz, 56 artistas e operários para, segundo Querino, “organizarem o partido operário, desligado dos outros partidos e por conta própria pleitearem as eleições da Assembléia Constituinte, com seus candidatos”. (QUERINO, 1913:164-165). Em sua obra, de cunho memorialístico, Querino observou que a ação política dos antigos partidos imperiais teria inibido a atuação operária, interferindo nos seus destinos e manipulando-os conforme seus interesses. Diante desta conclusão, os operários compreenderam ser necessário ampliar a sua ação com a criação de um partido independente e desvinculado “dos velhos partidos que os exploravam cruelmente.” (QUERINO, 1913:154).

Constituída a mesa provisória sob a presidência de Elisiário da Cruz, tendo como 1º e 2º secretários Francisco Pedro e José Maria de Souza, respectivamente, e organizada uma comissão

⁴ *Jornal de Notícias*, 19, 20 e 27/5/1890.

⁵ *O pequeno Jornal*, 16/01/1891 – série de artigos publicados sob o título de “Ao ilustrado Público e especialmente as classes artística e operária” assinada por Domingos Silva.

para elaborar o seu Programa, o Presidente Elisiário declarou inaugurado o Partido Operário.⁶ Com a participação de “muitos eleitores pertencentes às classes dos artífices moradores da freguesia de S. Pedro e Vitória”⁷, foi lida a relação das comissões paroquiais nomeadas para se encarregarem da propaganda do Partido, bem como discutidos os encaminhamentos que deveriam adotar para a eleição à Constituinte que se aproximava, para viabilizar o acesso à cena parlamentar de forma independente.

Alinhar tendências no interior do Partido Operário foi o desafio enfrentado pelos seus membros. Até a realização das eleições para as Constituintes Federal e Estadual, o Partido Operário se debateu em torno da sua organização, no intuito de identificar suas representações com poder de articulação e aglutinação, bem como de garantir votos para disputar as eleições nos planos nacional, estadual e municipal. Foi o momento de organização das forças operárias no novo contexto “democrático”.

Divergências se sucederam entre duas lideranças que emergiram, caracterizando os primeiros momentos da história do Partido. Manuel Querino e Domingos Silva rivalizaram em debates baseados mais na forma de ação do que nos objetivos. A essência da disputa estava no modo de conduzir os rumos e princípios político-estratégicos a serem adotados pelo Partido, que, para Querino, deveria ser independente de influências, especialmente das antigas elites políticas oriundas da monarquia. O exercício do poder rondou também seus desejos individuais. Estas duas lideranças delimitavam seus territórios, à medida que se configurava as prerrogativas e alianças de cada um. Enquanto se definia o programa do Partido, o Jornal de Notícias publicava o “apelo” de diversos artistas e operários para a inclusão do artista Edístio Martins em algum dos clubes existentes para sua candidatura e comunicava a candidatura de Manuel Querino à Constituinte pelos operários e artistas.⁸

Pairava uma tensão entre seus membros movida pela disputa de interesses na condução do processo de organização do Partido. A dissidência se instalara. Para Querino, o principal motivo teria sido o processo de como se deu a composição da chapa que deveria concorrer às eleições de 15 de setembro de 1890. Composta por 22 nomes, a chapa do Partido Operário foi definida pela Comissão Central, tendo entre nomes representativos de antigos partidos imperiais, o de três artistas apenas: Thomaz Pereira Palma, Irênio dos Reis Lessa e Manuel Raymundo Querino.⁹ Sobre esta chapa, Querino, por desconfiar da relação com antigos chefes políticos da monarquia, sabendo estarem usando o operariado como massa de manobra eleitoral, e por defender a autonomia e uma

⁶ *O Pequeno Jornal*, idem.

⁷ *Jornal de Notícias*, 09/06/1890, p.1. no. 2178.

⁸ *Jornal de Notícias*, 9 e 10/06/1890. Edístio Martins, aliado de Manuel Querino, esteve envolvido na redação do periódico *O Socialista*.

⁹ *Jornal de Notícias*, 15/07/1890.

chapa composta somente de artistas e operários, se retratou publicamente. Referiu-se à decisão em reunião com algumas representações, como Pamphilo de Santa Cruz, Edistio Martins, Elisiário Cruz e muitos outros, de que “o Partido Operário por motivos alheios a sua vontade deixava de tomar parte no pleito eleitoral de 15 de setembro do corrente ano e ficava de nenhum efeito a chapa apresentada e o nome do mesmo partido.”¹⁰ Manuel Querino acusava o grupo de Prediliano Pitta e Domingos Silva de ser submisso a políticos tradicionais, comprovando a sua intenção de atuar independentemente, sem intervenção de qualquer político de ocasião. Ao mesmo tempo, delineava-se uma outra composição partidária entre o grupo dissidente, constituída por um Diretório organizado por Manuel Querino e tantos outros artistas e operários, denominado “Diretório da Luso-Guarany”.

Diferentemente da posição de Manuel Querino, Domingos Silva defendia a participação da chapa operária nas eleições de 15 de setembro de qualquer jeito, por acreditar que o Partido ainda não estava suficientemente organizado e não dispunha de um candidato que levasse à elegibilidade da chapa. Domingos Silva, ao analisar aquela situação e entendê-la ser de “uma política nova e pouco conhecida”, compreendia ser indispensável “propagá-la” uma vez que “o meio mais natural, mais capaz de animar os ânimos (sic) e que mais provocaria a atividade seria a luta política, e uma vez condenada estaria condenada a idéia de partido”.¹¹ A estratégia adotada pela Comissão Central do Partido foi a apresentação ao público da chapa de deputados para o congresso nacional. Pode-se dizer ter sido, no Brasil, “a primeira chapa que se apresentou à consideração de um eleitorado”.¹²

O Partido Operário passou, então, a ter duas representações: uma organizada pela denominada “Comissão Central promotora do Partido Operário” e outra pelo “Diretório da Luso-Guarany”. A primeira tinha como presidente Elisiário da Cruz e 2º secretário Domingos Silva e a segunda foi composta pelo industrial Gonçalo Pereira Espinheira (Presidente) e pelos auxiliares Capitães José Polibio da Rocha, Pedro Augusto da Silva e Severiano Godofredo de Mattos, Luiz Gonzaga, Ismael Ribeiro dos Santos, Frederico de Souza Guimarães, Manuel Raymundo Querino e Antonio Tertuliano Esteves.¹³

No jogo eleitoral, a movimentação esteve focalizada nas lideranças operárias e artísticas que despontaram na batalha por uma vaga de deputado na Constituinte Nacional, como Edistio Martins e Manuel Querino. Para tanto, Edistio

¹⁰ *O Pequeno Jornal*, 22/07/1890.

¹¹ *O Pequeno Jornal*, 21/02/1891 – artigo de Domingos Silva

¹² *Idem*.

¹³ *Diário da Bahia*, 29/7/1890.

Martins publicou um manifesto destinado ao eleitorado, apresentando-se como “filho do povo e do trabalho”, “artista e republicano”, e afirmava que empregaria todas as forças para o engrandecimento do povo, não se calando aos mais sagrados deveres como artista ou político:

Sim cidadão! Sou republicano e sou artista! Sabeis que do seio do trabalho é de onde sai a primeira pedra para o levantamento do edifício social.

Em prol da república federativa, que será o progresso e a vida da pátria, eu não trepidarei derramar a última gota de sangue, como legítima expressão da minha dignidade!

*Proletários! Vede que neste manifesto está empenhada a minha honra e patenteado exuberantemente o meu patriotismo!*¹⁴

O processo eleitoral prosseguia com a divulgação de chapas constituídas por diversas representações integrantes de diferentes clubes. Manuel Querino apareceu indicado para deputado pelo Clube Republicano Centro Democrata, juntamente, entre outras indicações, com os nomes de Manuel Victorino Pereira e Edístio Martins. Na chapa “Verdadeiros Republicanos”, Virgílio de Lemos (do *Diário do Povo*), Edístio Martins e Eduardo Carigé apareceram indicados.

Neste contexto eleitoral, ficou evidente a importância dos artistas e operários como elementos que garantiriam votos para as lideranças tradicionais. Um exemplo foi a publicação de um apelo aos operários para apoiarem o Dr. Joaquim Ignácio Tosta, o Comendador João Augusto Neiva e o Dr. José de Oliveira Campos por serem “constantes defensores dos interesses artísticos”.¹⁵

As expectativas em torno das próximas eleições geraram diferentes estratégias de mobilização para todos os políticos envolvidos. As elites tradicionais se articulavam ofensivamente, ora pressionando, ora ameaçando seu eleitorado.

Opondo-se ao governo, os velhos partidos coligados procuram todos os meios de vencê-lo.

Não são inspirados pelo patriotismo; são improvisados pelo desejo único de exibirem em grande espetáculo o prestígio de ontem muito embora esse prestígio fosse cercado na monarquia de todos os elementos dissolventes.

Ainda não é o povo que vota depois de amanhã.

A luta caprichosa está travada entre o governo e os ex-partidos monárquicos.

*Ambos não querem a liberdade inteira do voto, ambos querem vencer, seja quais forem as circunstâncias.*¹⁶

As eleições de 15 de setembro concluíram a batalha pela vaga na Constituinte Federal. Ficou comprovada a manutenção das antigas estruturas de poder e exclusão das novas lideranças políticas, especialmente aquelas representadas pelos artistas e operários. Manuel Querino e Edístio Martins, os mais votados entre os artistas, apesar de derrotados com uma margem expressiva de

¹⁴ *O Pequeno Jornal*, 23/07/1890.

¹⁵ *Jornal de Notícias*, 13/09/1890. Entre os designados pelo Juiz de Paz para fiscalizar as mesas eleitorais está Manuel Raymundo Querino na 3ª. seção. *Jornal de Notícias*, 12/09/1890.

¹⁶ *Jornal de Notícias*, 13/09/1890, p. 01.

votos em relação aos mais votados, não desanimaram em seus projetos políticos de inserção participativa no cenário político-partidário da República.¹⁷

Logo o diretório do Partido Operário da Luso-Guarany apelava para o “patriotismo”, convocando o envolvimento dos artistas, operários e industriais para divulgarem o Partido através de reuniões em cada localidade com todos os demais companheiros.¹⁸ O mesmo era feito pela Comissão Central, cujo 2º. Secretário, Domingos Silva, convidava “os membros do diretório e as comissões organizadoras das bases do banco operário” para uma reunião, enquanto convocava a todos a fazerem a propaganda do Partido. Iniciava-se a preparação para as eleições à Constituinte Estadual.¹⁹

A derrota nas eleições não foi suficiente para a revisão estratégica da classe operária. As diferenças internas permaneceram, apesar dos constantes apelos para a união do operariado. O Partido Operário da Luso-Guarany, através do seu 2º. Secretário, Ismael Ribeiro dos Santos²⁰, convocava artistas e operários para reunirem-se e discutirem uma Constituição que dirigisse “o mecanismo do mesmo partido”. Solicitava o comparecimento de todos e o “esquecimento completo de qualquer ressentimento, para que o mesmo Partido [pudesse] unificar-se e fortalecer-se para o bem do proletariado.”²¹

As queixas de Domingos Silva foram veementes e apelativas. Referia-se à condenação do operário à vida de miserabilidade, desprestígio e indiferentismo. Observava que até então, entre os companheiros, só havia conseguido discussões e nada mais.²² Descrevendo sobre a situação de extrema necessidade material pela qual passava o operário e sua família, responsabilizava a desunião dos operários, “por não ter quem por si se [interessasse]”.

*A família do operário, além da difícil vida que passa é sempre olhada com desprezo e escárnio pelos opulentos, o seu filho é o moleque de todos, sua filha é a chanceler da rua. F., para conduzir iaiazinha pelas ruas da cidade até que, a troco de alimento e da usada veste e entregue sem condição aos males do mundo; é realmente o que se dá com a família do operário pobre que por morte lega-lhe isto.*²³

¹⁷ Manuel Querino e Edistio Martins aparecem nos boletins eleitorais entre os menos votados, com uma representação inexpressiva diante dos mais votados. *O Pequeno Jornal*, 17/09/1890; *Diário da Bahia*, 18/09/1890; *O Pequeno Jornal*, 18/09/1890. A partir de uma contagem demonstrativa dos boletins eleitorais levantados, o mais votado possuía em torno 1439 votos (Cezar Zama) e Manuel Querino equivalia a 10% daqueles votos, em torno de 147.

¹⁸ *O Pequeno Jornal*, 04/10/1890.

¹⁹ *O Pequeno Jornal*, 13/10/1890. Convite para reunião na Sociedade Cavalheiros do Bem (maçônica) à rua do Tijolo, nº 12.

²⁰ Ismael Ribeiro foi um político que atuou no Partido Operário, transformado depois no Centro Operário da Bahia, como vice-presidente. Também foi Conselheiro Municipal. Escreveu *A Voz do Operário falando a Verdade* – Bahia, 1930, onde narrou a sua trajetória no Centro Operário da Bahia, destacando a sua participação como representante do Centro na Exposição Nacional de 1908.

²¹ *Diário da Bahia*, 18/10/1890.

²² *O Pequeno Jornal*, 11/11/1890. Grifo meu.

²³ Idem.

Havia a intenção definida de garantir uma vaga no cenário parlamentar da jovem República. Provavelmente, após a derrota nas eleições à Constituinte Federal, tivesse havido uma tentativa de recuo por parte dos dissidentes, depois de reconhecerem a importância de fortalecer o Partido com a união dos seus membros, para pleitear a participação em novos pleitos. Neste sentido, o operário Enedino de Sant'Anna rogava a união dos artistas e operários, para ver “progredir a classe”, levando em conta os exemplos verificados nos Estados Unidos e Europa, como “força única que faz a prosperidade e o bem-estar de um povo”. Analisava as condições da falta de “conhecimento do próprio eu, a pouca importância ligada a si mesmo, a instrução profissional e a falta de regime de trabalho” como fatores que concorriam “para a má construção dos alicerces em que se acham assentadas as classes artísticas e operárias.” Considerando aquela conjuntura marcada pelo advento da República, dizia:

Uma transformação social acaba de se dar no Brasil, e, desde que se nos apontam uma nova aurora indicando-nos um futuro mais feliz, faz-se mister que se quebrem todos os rochedos, se destruam todos os embaraços calcando aos pés as prepotências antigas para construir-se uma base sólida, inabalável onde deve ser construído o grande e monumental edifício artístico e operário.

Perseverança, união e fraternidade são “três poderosos elementos que vos levam ao fim desejado que é o vosso bem-estar e o futuro das classes proletárias.”²⁴

Não obstante tais disputas, as duas facções tinham o propósito comum de proteger e assegurar os direitos civis e políticos do operariado. A alteração do Código Penal, publicado em dezembro de 1890, provocou um verdadeiro reboiço entre os artistas e operários. O Partido Operário tratou imediatamente de discutir o assunto, por afetar diretamente os interesses da classe, especialmente as alterações dos artigos 205 e 206, consideradas arbitrárias e antidemocráticas.²⁵ Segundo os referidos artigos, os trabalhadores ficavam sujeitos a prisões e multas por estarem proibidos de fazer greve ou adotar outros mecanismos de pressão contra os patrões.²⁶

Ou seja, a questão do trabalho e do trabalhador transformara-se, na infância da República, em caso de polícia. A questão do Código Penal foi alvo de críticas severas por parte do candidato à Constituinte Estadual, o abolicionista e redator de *O Pequeno Jornal*, Eduardo Carigé. Constituiu-se em gancho para desenvolver a sua propaganda eleitoral para o pleito de 15 de fevereiro de 1891. A partir das alterações no Código Penal, desenvolveu suas idéias sobre os fatores históricos da luta

²⁴ *O Pequeno Jornal*, 24/10/1890.

²⁵ *Jornal de Notícias*, 22/12/1890.

²⁶ *O Pequeno jornal*, 13/12/1890. Decreto de 12/12/1890.

entre os interesses do operário e do capitalista e os caminhos adotados pelo governo provisório ao atacar “imprudently uma casa de maribondo”.²⁷

... quem conhece as leis econômicas que regem a produção, quem tiver notícia da nova fase do partido operário na Europa, há de necessariamente estranhar – que o governo provisório queira como invicto e valoroso Netuno conter a fúria deste imenso pélagos, onde se agitam tantos interesses com tridente da ameaça e da violência.

(...)

Todo ato violento tem a sua reação e conseqüências.

*Pode-se sem receio de errar assegurar-se que o partido operário, o socialismo está na arena dos acontecimentos, e ele há de vencer a república, pelas mesmas causas, porque a república venceu a monarquia.*²⁸

Esta é mais uma indicação do pensamento da época. Vinculava-se o movimento operário ao socialismo, enquanto alternativa política que poderia vencer a República. Neste sentido, o autor ameaçava o Governo Provisório e até a própria República:

Não escaqueiam do leão que dorme.

O que pretendem os vencedores de 15 de novembro atacando as mais respeitáveis instituições e violando os interesses de todas as classes?

Estaremos nos governos da candilagem do Rio da prata, ou na ditadura militar, em que se aumenta loucamente o soldo e os proventos do soldado com prejuízo das outras classes sociais?

Referia-se à “ridícula farsa de 15 de setembro” ao serem eleitos os “designados do governo”.

Não há meios coercitivos que possam prevenir e extinguir as greves: e o operário é como o corpo elástico, que com quanto mais força se o arroja no chão, ele como o novo Ájax, tanto mais alto se ergue.

(...)

Tirar do operário o direito de exigir aumento de salário é a mais insuportável das tiranias.

(...)

Convém registrar todos esses excessos e arbítrios dos que se acham com a responsabilidade da pública administração, a fim de que se reconheça as causas em ocasião oportuna da revolução, que nos espera em futuro, que não está muito distante.

A monarquia tombou no momento em que o primeiro ministro no parlamento anunciou que ia aniquilar a propaganda republicana, e esta idéia crescia na razão direta da opressão: assim também o operário há de vencer a ditadura que lhe tenta comprimir com leis vexatórias e imprudentes.”

(...)

²⁷ *O Pequeno Jornal*, 13/12/1890.

²⁸ *Idem*, *ibidem*.

*Até 15 de novembro nos alimentava a esperança de que depois da monarquia viria a república, e hoje perguntam as classes trabalhadoras, os que precisam da paz e da tranquilidade como precisam do ar que respiram – o que virá depois da república?*²⁹

Com a intenção de lutar pelos direitos sociais e políticos, os artistas e operários novamente buscavam alternativas para garantir as eleições à Constituinte Estadual. Com este objetivo, a Comissão Central do Partido Operário optou por apresentar uma chapa artística, composta por “artistas, operários e industrial”, os quais deveriam representar e defender os interesses da classe operária baiana.³⁰ No interior do Partido, o jogo político foi direcionado para o consenso em torno dos nomes de candidatos potencialmente elegíveis entre as representações do Partido Operário. Indicar candidatos apenas para deputados, também se caracterizou em estratégia que fortalecia e ampliava as possibilidades de elegibilidade. Foi o momento de reconhecimento das lideranças que disputariam a representação da classe no cenário parlamentar. Isto significou um avanço qualitativo de organização, pois foram considerados critérios e perfil das representações políticas, nos quais a influência política e a qualificação profissional foram identificadas como garantias de conquistar-se um lugar nas esferas de poder.

Mais uma vez a derrota foi anunciada.³¹ Aquelas eleições foram caracterizadas por fraudes que indignaram os candidatos derrotados. Entre eles, Eduardo Carigé logo se manifestou contra as aberrações que presenciara, ao analisar o caráter de corrupção adotado, o que refletia o tipo de organização política que se implantava, cujos atos bastavam por si só “para determinar a psicologia de um povo e condenação de uma geração inteira”. Diante do roubo de votos, não acreditava na fundação de uma república “sã e séria, educando-se o povo a tranqüibérnia e a fraude”.³²

Seus protestos contra as eleições à Constituinte Estadual permaneceram dias seguidos. Explicitou o seu descrédito na principal arma democrática que era o voto, diante das fraudes e corrupções observadas nas primeiras eleições republicanas locais. Para Carigé, por ter nascido da fraude, o congresso teria “sempre o vício de origem”, o que resultava na falta de reconhecimento e prestígio dos congressistas “eleitos”.³³ Carigé, enquanto denunciava, perguntava para quê, então, havia-se derrubado a monarquia e estabelecido a república, uma vez se continuar “nesta mísera politicagem tão condenada pelos puros corifeus da atualidade?”. E assim examinava:

²⁹ *O Pequeno Jornal*, 13/12/1890.

³⁰ *O Pequeno Jornal*, 09/01/1891.

³¹ *Diário de Notícias*, 13/02/91. O resultado das eleições de 5/2, publicado no *Diário da Bahia*, mostrou o seguinte: entre os três mais votados para deputados estavam Satyro Dias (9112 votos); Pedro Vergne (8660 votos); Reis Magalhães (8348 votos). Nesta lista Castro Rebello teve 5379 votos (43º lugar), Neiva 6464 (32º lugar) e Oliveira Campos 5367 votos (44º lugar). Quanto à chapa dos artistas, diferentemente do *Pequeno Jornal*, a votação ficou assim: Victorino Junior com 7375 (12º lugar) e **Manuel Querino 458 votos (83º lugar)**. O *Diário da Bahia* de 21/02/1891 divulgou a apuração dos votos para a constituinte estadual, sendo eleitos 42 deputados e 21 senadores. Da chapa artística apenas o capitão Victorino José Pereira Junior, com 1557 votos (60º lugar) e **Manuel Raymundo Querino, com 547 votos, no 85º (cerca de 14% do mais votado)** lugar, foram identificados entre os mais votados da chapa. O mais votado para deputado foi em 1º lugar o Dr. Joaquim Macedo de Castro Rebello, com 4000 votos, em 2º, Comendador João Augusto Neiva (3995 votos) e 3º, o Dr. José de Oliveira Campos (3883 votos).

³² *O Pequeno Jornal*, 18/02/1891.

³³ *Idem*, 10/02/1891.

... isto não foi eleição, mas empreitada eleitoral, que só teve o mérito de levar a convicção aos espíritos sérios, de que os ambiciosos comuns que dirigem este Estado são politiqueros de estreitas vistas, e que aderiram à República com o mesmo amor, com que eram até ontem monarquistas.³⁴

O Partido Operário e a União Operária Bahiana mantinham na sua luta o desejo de organização e fortalecimento para garantir sua principal meta: o acesso da classe trabalhadora aos postos de comando político, ao garantir direitos político-eleitorais e assegurar espaços de decisão sobre os interesses de classe. Os trabalhadores estiveram presentes com seus candidatos em diversos pleitos municipais para o Conselho Municipal, as Juntas Distritais e a Justiça de Paz. Em 1891, Manuel Querino e Elisiário Cruz foram nomeados para integrarem o Conselho Municipal. Para Querino, este ato não traduzia efetivamente a vitória do operário, pois os seus nomes foram simplesmente “lembrados” por “políticos satisfeitos diante de mais esse fracasso.” (QUERINO, 1913:173). A 18 de dezembro de 1892 foram realizadas as primeiras eleições municipais para a composição do Conselho Municipal. Nela, Querino concorreu a uma vaga e ficou responsável pela presidência de mesa da 2ª. seção na Freguesia da Sé, do 5º. ao 8º. bairros (243 eleitores). Apesar de eleito no 21º. lugar, Querino não foi empossado, pois apenas 12 assumiram o cargo. Outras lideranças operárias que se candidataram às vagas nas Juntas Distritais, como Domingos Silva e Victorino Pereira Junior, não foram eleitas. Apesar de apresentar uma derrota considerável por parte dos artistas e operários candidatos, ocorreu uma relativa vitória com a eleição do ferreiro Francisco Luiz Azevedo para o quadriênio 1893-1897.

Com a desarticulação do Partido Operário e da União Operária, integrantes de ambos os grupos reuniram-se e organizaram o Centro Operário da Bahia (6 de maio de 1894), a partir do qual suas principais lideranças mantiveram-se ativas nas eleições que se sucederam, a exemplo de Domingos Silva, seu primeiro presidente, Elisiário Elysis da Cruz, Prediliano Pitta e Ismael Ribeiro dos Santos. Estava constatado para as oligarquias que, nas engrenagens do sistema político-eleitoral fundamentado nos arranjos da sucessão eleitoral, os trabalhadores se constituíam em eleitorado importante a engrossar as fileiras das facções oligárquicas nos processos de apoio e de composição partidária.

O operariado, para garantir a inserção eleitoral com seus candidatos, adotou a estratégia da negociação com as elites políticas ao vincular-se, por ocasião das eleições municipais em particular, aos partidos e às facções ligados às oligarquias. Neste sentido, fortalecia-se a rede de clientelismo e de dependência entre trabalhadores vinculados a estas organizações e às elites políticas e econômicas da Bahia. A cultura partidária oriunda do Império, caracterizada pela congregação em torno de um chefe e de indivíduos política e economicamente representativos, assemelhando-se a “pequenas claquas individualizadas, que atuavam isoladamente, sob a mesma capa, até o momento em que disputas em torno de interesses pessoais viessem a rompê-la”(SAMPAIO, 1978:18), ou ainda, “claquas organizadas para aplaudir as decisões do chefe” (IDEM, IBIDEM), foi absorvida pelas representações artísticas e operárias na organização do Partido Operário, considerando as especificidades de interesses e de conteúdo de classe. Contudo, os desdobramentos das relações que se estabeleceram internamente projetaram algumas semelhanças de comportamento vinculado à política de adesismo, caracterizada pela fluidez das articulações e rearticulações estabelecidas em circunstâncias favoráveis, ao entabular-se “acordos e arranjos” que garantissem o poder. Foi a política de acomodação que acompanhou todo o processo político-partidário na Bahia e no Brasil nesta primeira fase republicana (IDEM:20).

³⁴ Idem, 10/03/1891

Pelas eleições de março de 1895, Querino foi convocado pelo Conselho Municipal, entre os “imediatos”, para a organização das novas mesas eleitorais. Nas eleições municipais de 1896, disputou a Intendência (ou Conselho) pelo Partido Republicano Federal da Bahia, fundado em 1894, que agrupava os “vianistas”. Foi criado em consequência da cisão do Partido Republicano Federalista, cujas facções se organizaram em torno das lideranças de Luiz Vianna e de José Gonçalves. Os “gonçalvistas”, por sua vez, fundaram no mesmo ano o Partido Republicano Constitucional, iniciando-se o período do “bipartidarismo” (1894-1901).³⁵ No ano seguinte, Querino, como primeiro suplente, foi empossado no Conselho Municipal.³⁶ As eleições de 11 de julho de 1897 para 7 vagas a membros do Conselho Municipal refletiram, no âmbito local, as divergências políticas que se davam nos Partidos Republicano Federal da Bahia e Republicano Constitucional. Neste pleito, Manuel Querino foi eleito pela chapa Constitucional, obtendo 1660 votos, sendo o mais votado entre os 10 eleitos, bem como Prediliano Pitta, artista vinculado ao Centro Operário, eleito pelo mesmo Partido na 7ª. colocação. Querino atuou no legislativo municipal até 1899, quando, nas eleições daquele ano, apresentou-se como candidato avulso, não conseguindo se reeleger. O que caracteriza sua fragilidade, bem como de outros operários candidatos, ao deixar de se associar às elites políticas governistas que garantiriam legitimidade a tais candidaturas. A partir de então, deixou de participar do jogo da política oligárquica que se instaurara em torno dos interesses agro-comerciais.³⁷

A euforia da classe operária em galgar cargos eletivos nas duas primeiras décadas do regime republicano, com o claro objetivo de garantir a cidadania política, especialmente por se tratar de um período que ainda respirava os ares de uma monarquia falida com a forte presença nos espaços de poder das tradicionais elites políticas e lideranças operárias que já atuavam nos espaços associativos vigentes (sociedades mutuárias e outras vinculadas aos movimentos abolicionista, trabalhista e republicano, irmandades religiosas, sociedades educacionais e culturais, etc), foi neutralizada durante a consolidação das bases oligárquicas que estruturaram o jogo político-eleitoral da Primeira República. Os operários que atuaram nos processos eleitorais, particularmente no plano municipal, aderiram ao jogo das oligarquias reinantes associando-se aos principais partidos que se organizaram no período.³⁸ Somente assim teriam a chance de

³⁵ Em ata do Conselho Municipal de 27/01/1899, no contexto de debates acusatórios da oposição do Conselheiro Cerqueira Lima sobre a atuação do intendente Francisco de Paula Guimarães, eleito pelo Partido Republicano Federal, está registrado o Programa dos candidatos a intendente, datado de 10/02/1896, seguido de 11 assinaturas dos indicados, entre as quais a de Manuel Querino. O período de 1901 a 1906 é caracterizado pelo unipartidarismo, quando foi fundado, em 1901, o Partido Republicano da Bahia, considerada a primeira agremiação política baiana relativamente coesa em torno do Governo Severino Vieira, tornando-se um instrumento de centralização do poder apoiado pela burguesia agrocomercial. Sobre a história dos partidos na Bahia ver SAMPAIO, Op. Cit.

³⁶ Ata do Conselho Municipal, 16/01/1897.

³⁷ Atas da Câmara Municipal, 05/11/1892 e 18/11/1891; *Jornal de Notícias*, 24 e 31/01/1893; Ata da Câmara Municipal, 20/02/1895; *Cidade do Salvador*, 13/07/1897. ATA DE 16/08/1897; ATA de 27/08/1897; *Diário de Notícias*, 30/11/1899. Nas eleições de 12 de novembro de 1899, somente Prediliano Pitta conseguiu se eleger Conselheiro Municipal. Ver LEAL, 2009.

³⁸ Os principais partidos baianos organizados no período que tiveram atuação efetiva no jogo da política oligárquica estabelecida durante a Primeira República (1889-1930) foram: Partido Nacional, Partido Nacional Democrata, partido Republicano Federalista, Partido Católico, Centro Republicano Democrata, Partido Operário (fase do Multipartidarismo – 1890-1893); Partido Republicano Federal e Partido Republicano Constitucional (Fase do Bipartidarismo – 1894-1900); Partido Republicano da Bahia (Fase do Unipartidarismo – 1901-1906); Partido Republicano da Bahia e Partido Democrata (Fase do bipartidarismo com dissidências – 1907-1911); Partido Republicano Democrata e Partido Republicano Conservador (Fase do Partido dominante – 1912-1922);

assegurar lugares almeçados no Conselho Municipal, nas Juntas Distritais e nos cargos de Juizes de Paz. Foram espaços que acolheram, em certa medida, tais representações artísticas e operárias, as quais contribuíram, dentro dos limites impostos, para encaminhar demandas de interesse dos trabalhadores a fim de serem incluídas nas políticas de regulação do trabalho no contexto de transformações operadas no mundo ocidental.

Nos anos que se seguiram, foram consolidadas as bases da política oligárquica que preponderaram até 1930, quando a chamada Revolução de 30 liquidou a Primeira República e levou Getúlio Vargas à presidência, dando-se início ao período varguista.³⁹ Algumas lideranças operárias, oriundas dos extintos Partido Operário e União Operária, e do atuante Centro Operário, associadas à intricada composição político-partidária do período, foram beneficiadas nas eleições a cargos municipais (Conselho Municipal, Justiça de Paz, Juntas Distritais), a exemplo de Prediliano Pitta que, nas eleições de 1907, garantiu uma vaga no legislativo municipal através de conexões partidárias estabelecidas com as bases governistas.⁴⁰ A partir de então, apesar de pleitear uma vaga nas eleições subsequentes, não logrou vitória. Observa-se que o sistema tornava-se menos permeável à inserção operária nos cargos eletivos municipais. Possivelmente, em função dos difíceis anos de guerra (1914-1918) que desembocaram em crises econômicas que atingiram, preferencialmente, os trabalhadores.

Caracterizadas pelas fraudes, as eleições, durante a Primeira República, se constituíram em verdadeiras arenas de guerra, cujos objetivos eram a tomada de poder e vencer rivalidades e interesses individuais.

A revolução de 30, exarcebando a centralização governamental, impôs uma solução de continuidade à penosa aprendizagem do jogo político-partidário. Pretendia a salvação nacional, através de transformações na ordem política vigente: combate às oligarquias, moralização do processo eleitoral, etc. O suceder dos acontecimentos demonstrou a impossibilidade de uma renovação política, sem que alterações sensíveis fossem introduzidas nas estruturas econômica e social. (SAMPAIO, 1978:191).

A participação de operários nos processos de discussão sobre as formas de serem contemplados social e politicamente no “banquete da civilização”, ocorreu na periferia dos interesses das elites dominantes. Foi uma escuta parcial caracterizada pelo temor e pela necessidade de neutralizar um potencial perigo para as instituições vigentes. Sem conseguir fazer calar este grupo, mesmo desarticulado e inexperiente, mas com o oxigênio necessário para alimentar outras frentes de reivindicações e lutas e reunir a maioria da população desempregada e faminta em torno

Partido Republicano Democrata e Concentração Republicana da Bahia (Fase do Retorno ao bipartidarismo com dissidências – 1923-1927); e o Partido Republicano da Bahia (Fase de restauração do unipartidarismo – 1927-1930). Ver SAMPAIO, op. Cit.

³⁹ O desmoronamento da Primeira República ou República Velha, com a Revolução de 30 ou golpe militar de 1930, deu lugar à Nova República, ou Segunda República, organizada em torno de Getúlio Vargas. Entre diversos estudos sobre a Revolução de 30 e o período varguista ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, São Paulo, Brasiliense, 1972; MURAKAMI, Ana Maria Brandão. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; CARONE, Edgar. *A República Nova. (1930 1937)*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1976; ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1988; BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992; DECCA, Edgar de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1992; LEVINE, Robert M. *O pai dos pobres: O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

⁴⁰ Diário de Notícias, 5 de novembro de 1907.

de ideais socialistas, as elites dirigentes escutaram, acolheram, mas não atenderam às expectativas reinantes.

Aquele grupo de artistas e operários mobilizados serviu para cancelar uma composição política de aparência democrática, ao contribuir para a construção da República. Legitimou o novo regime com a sua modesta participação, dando-lhe o caráter de nação civilizada, como ocorria nas nações européias. O ideal perseguido por Manuel Querino e seu grupo de se constituírem independentes, desatrelados dos mandos dos antigos políticos, não propugnou a revolução política, social e econômica, mas acompanhou a marcha dos acontecimentos ao acreditarem na evolução social que culminaria na alteração profunda das relações econômicas e de poder baseadas no socialismo e/ou reformismo. O princípio adotado por estes artistas e operários baseava-se na defesa dos direitos através de leis protetoras. Para isso pleitearam o parlamento, a fim de defenderem os interesses de classe, atrelados às regras das instituições republicanas. Não contestavam a ordem, defendiam-na. Eram polêmicos e críticos à estrutura social vigente, na qual o operariado vivia sem prestígio e sem trabalho. O objetivo era efetivamente participar e contribuir para o engrandecimento do País, enquanto cidadãos ativos e importantes pela capacidade e competência que tinham para trabalhar. O trabalho significava o real valor a ser conquistado e dignificado.

Apesar de todos os limites observados na mobilização daqueles artistas e operários, negros e mestiços, foram eles que, corajosamente, impulsionaram uma nova composição social e política na jovem República. Participaram dos debates que lhes interessavam, lutaram pela cidadania política e social, não obstante sucessivas derrotas e pequenas vitórias. Apesar de incipiente e minoritária, a participação do operariado nacional no alvorecer da república, em particular do baiano, deve ser considerada como os primeiros passos dados para a inserção social e político-partidária-eleitoral nos cenários parlamentar e produtivo. Foi uma experiência acumulada nos processos de desorganização das estruturas monárquicas, baseadas no trabalho escravo, e de reordenamento das estruturas sócio-políticas e econômicas, baseadas no trabalho livre, no interior da organização do regime republicano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. 11. Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: Tipos e Percursos*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, estudos históricos, v. 9, n. 18, 1996.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 3.ed. (ampliada e atualizada). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. R.J/S.P: Editora Paz e Terra, 1987
- HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2^a. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas: Bahia 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – da Colônia à 6^a. República*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

- QUERINO, Manuel. *As Artes na Bahia (Escorço de uma Contribuição Histórica)* 2. ed. Melhorada. Salvador-Ba, Oficinas do Diário da Bahia, 1913.
- SAMPAIO, Consuelo. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República, uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978.

FONTES

- Atas da Câmara Municipal: 18/11/1891; 05/11/1892; , 20/02/1895; 16/08/1897; 27/08/1897.
- Cidade do Salvador, 13/07/1897.
- Decreto de 12/12/1890. Disponível em <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/>
- Diário da Bahia, 29/7/1890; 18/09/1890; 18/10/1890; 21/02/1891.
- Diário de Notícias, 13/02/91; 30/11/1899; 5/11/1907
- Jornal de Notícias, 19, 20 e 27/5/1890; 09 e 10/06/1890; 15/07/1890; 12 e 13/09/1890; 22/12/1890; 24 e 31/01/1893.
- O Pequeno Jornal; O Pequeno Jornal, 22 e 23/07/1890; 17 e 18/09/1890; 04/10/1890; 13/10/1890; 24/10/1890; 11/11/1890; 13/12/1890; 09/01/1891; 16/01/1891; 10/02/1891; 18/02/1891; 21/02/1891; 10/03/1891.